



LER NAS ENTRELINHAS: A ANÁLISE DO DISCURSO COMO FERRAMENTA TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA A INTERPRETAÇÃO DE DOCUMENTOS SENSÍVEIS

READING BETWEEN THE LINES: DISCOURSE ANALYSIS AS A THEORETICAL AND
METHODOLOGICAL TOOL FOR INTERPRETING SENSITIVE DOCUMENTS

Camila da Silva Portela¹

RESUMO

A história é construída, a partir da análise de um saber histórico e das tramas presentes nos vestígios deixados do passado, ou seja, são as diversas interpretações discursivas que constroem o passado. Nesse sentido, o historiador – enquanto indivíduo que narra o que não vê – coleta versões ou detalhes nas várias versões a que tem acesso para poder elaborar uma narrativa. Para isso, os mais diferentes instrumentos de análise podem ser usados para apoiar o historiador nessa construção. No caso presente, será demonstrado como a Análise do discurso pode ser um aliado nas interpretações e análise das fontes sensíveis, produzidas pelos órgãos de segurança e informação, no período da ditadura militar.

Palavras-chave: ditadura militar; documentos sensíveis; análise do discurso.

ABSTRACT

History is constructed through the analysis of historical knowledge and the patterns present in the remnants of the past. In other words, it is the various discursive interpretations that shape the past. In this sense, the historian – as an individual who narrates what he or she does not directly observe – gathers versions or details from the various accounts available to them in order to construct a narrative. To achieve this, a variety of analytical tools can be employed to assist the historian in this process. In the present case, we will demonstrate how discourse analysis can be an ally in interpreting and analyzing sensitive sources produced by the security and intelligence agencies during the military dictatorship.

Keyword: military dictatorship; sensitive documents; discourse analysis.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Maranhão. Bolsista capes. Artigo apresentado à disciplina de Análise do Discurso: contribuições de Foucault e Pecheux. Orientador: Prof. Dr. Lyndon de Araujo Santos.
Contato: camila.portela@discente.ufma.br



Construir conhecimento não é reproduzir a cópia fiel do real, mas entender as maneiras diferentes de construí-lo (WEBER, 2001).

INTRODUÇÃO

Os Órgãos de Inteligência ou Serviços de Informação fazem parte da estrutura burocrática de um Estado, construídas com uma série de instrumentos e estratégias para produção de informações, geralmente relacionadas com a segurança nacional ou, mais especificamente, cenários de ameaça à segurança da nação.

No Brasil, esses órgãos e serviços existem desde o período imperial e surgiram justamente no contexto de construção das instituições que viriam a dar o tom da estrutura burocrática do Estado brasileiro. Durante o período republicano, essa estrutura de coleta e processamento de informações se aperfeiçoou conforme o Estado também se complexificava.

Os serviços de informação, portanto, operam com princípios básicos que são socialmente partilhados, pelo menos dentro de um grupo que compõem a estrutura administrativa do Estado. A noção de segurança nacional, por exemplo, é um desses princípios, construídos e partilhados, e que fazem operar uma série de sentidos e de realidades práticas na vida social.

Segundo Marionilde Brepohl de Magalhães, os serviços de inteligência e informação se transformaram em:

um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem (MAGALHÃES, 1997, p. 3)²

Podemos afirmar que foi durante a Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985, que os órgãos de informação atingiram o máximo de sua utilização com fins políticos. Não queremos com isso estabelecer uma leitura evolutiva das instituições, considerando o grau atual de tecnologia dos órgãos de segurança e informação, mas sim, destacar a sofisticação e a amplitude desse aparato no contexto de um estado de exceção.

Essas atividades eram tão vastas que o sistema de informação funcionou como uma das bases de sustentação dos militares, razão pela qual, compreender tais discursos se torna uma tarefa fundamental para entendermos o exercício de poder por parte das forças armadas durante o período da ditadura militar entre os anos de 1964 e 1985.

² Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jhG4q3jQsNw7ytchH53C4X6j/?lang=pt#> (acessado em 28/07/2023).



A repressão política, amplamente estudada por historiadores, é apenas um dos resultados do funcionamento desses órgãos. No entanto, pretendemos compreender a produção de uma quase infinidade de materiais oriundos desses órgãos, que servem não apenas para entendermos a repressão política, mas também o “mundo das ideias” dos militares que a controlavam.

Conectando a importância do acervo para a construção das narrativas e análises históricas sobre o período e usando a metodologia e referenciais da Análise do Discurso (AD), o presente artigo pretende uma reflexão de como a AD pode ser um instrumento, aliado do historiador nos processos de análises documental desses acervos, mantendo uma vigilância epistemológica, contribuindo para uma análise menos espontânea e mais profunda sobre os variados temas monitorados, outrora, por esses órgãos de vigilância.

Ainda sobre os órgãos de segurança e informação, é preciso ressaltar que visavam garantir uma ideia de *ordem social*³ que necessitava de diversos procedimentos de vigilância e produção de informação sobre possíveis ameaças ao tipo de sociedade que as elites econômicas e políticas almejavam construir.

A noção de “ameaça à Segurança Nacional”, utilizada por essas instituições é muito ampla e possui diversas nuances, variando na medida em que era acionada em todo o país a partir dos 16 equipamentos de controle do Sistema Nacional de Informação⁴ (SiSNI). Parte desse acervo, está sob guarda dos Arquivos Públicos Nacional e Estaduais e possibilitam uma gama enorme de pesquisas ou mesmo servido de subsídio para processos de reparação.

A ação da polícia política era executada por órgãos como o Sistema Nacional de Informações (SNI), Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Assessoria de Segurança e Informação (ASI), entre outros. Esses órgãos espionavam, perseguiram e puniam indivíduos considerados perigosos e indesejados para a elite dirigente do período.

A partir das informações colhidas pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), os aparelhos de repressão agiam de acordo com o tipo de ameaça identificada pelos especialistas dos órgãos. Porém, é necessário frisar que o SNI exercia “ação normativa,

³ Grifo nosso.

⁴ SNI (Serviço Nacional de Informações), DSIs (Divisão de Segurança e Informação), ASIs (Assessorias de Segurança e Informação), EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), as F2; do Exército, as E2; da Marinha, as M2; da Aeronáutica, as A2; dos três ministérios militares, as S2; o CIE (Centro de Informações do Exército); o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica); os Serviços Secretos da Polícia Federal; as DOPS e os Serviços Secretos das Polícias Militares (P2), e os CODI-DOIS (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas).



doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações” (FICO, 2001, p.81) e seus dirigentes coordenavam a produção e circulação de informações em todo o território brasileiro.

São essas informações produzidas que deram origem aos atuais arquivos da repressão. Como afirmam Caroline Bauer e René Gertz, “esses arquivos possuem uma especificidade intrínseca, chamada por alguns pesquisadores de ‘efeito bumerangue” (BAUER e GERTZ in PINSK e LUCA, 2011, p. 178), ou seja, hoje são procurados para exercer uma função diferente e oposta daquilo que era a sua função primeva. Os papéis que hora serviram de base para perseguições políticas, hoje são instrumentos ou caminhos para viabilizar processos de reparação histórica e de denúncia de grandes violações ocorridas no Brasil.

A LÓGICA DA SUSPEIÇÃO

Para entender a produção discursiva dos documentos da Ditadura Militar no Brasil é necessário situar o Brasil no contexto histórico global da segunda metade do século XX. Esse movimento é imprescindível para compreender não só a relação entre as esferas nacionais e internacionais, mas entender como o mosaico social, político e cultural local, que compõe o Brasil, dialogam com essa história global.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial ou até mesmo antes, com a Revolução Russa em 1917, o socialismo e o comunismo apresentaram alternativas socioeconômicas que se chocaram com os ideais liberais. Com o advento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o que antes estava no plano das ideias tornou-se de fato viável, na medida em que o período da 2ª Guerra Mundial alavancou a antiga Rússia czarista ao patamar de potência global, capaz de enfrentar ao mesmo tempo o nazismo, o fascismo e o capitalismo.

O avanço dos ideais socialistas na América Latina com a Revolução Cubana em 1959 e o governo de Salvador Allende no Chile, no começo da década de 1970, devem ser compreendidas dentro do cenário belicoso da Guerra Fria, que ultrapassa a mera oposição de ideias, de perspectivas de organização socioeconômica e de debates ideológicos.

Se observarmos especificamente os episódios da Invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, no ano de 1961 e do bombardeio ao Palácio La Moneda, sede do governo chileno, em 1973, podemos ver como as forças políticas liberais assumem, sempre que julgarem necessário, o viés armado, dando uma roupagem bastante violenta e ativa dentro desse contexto da Guerra Fria. É aqui que temos situado a real dimensão desse discurso da



*ameaça comunista*⁵, através da resposta ou reação dada pelos países alinhados ao bloco capitalista contra o avanço do socialismo soviético.

No Brasil, o Golpe de Estado em 1964, que destituiu o presidente João Goulart – conhecido por sua vinculação às classes trabalhadoras – foi motivado por uma interpretação de parte das elites econômicas de que as Reformas de Base⁶ seriam políticas públicas situadas no espectro político da esquerda e próxima dos ideais socialistas.

Isso soou como uma espécie de alarme às elites econômicas que rapidamente se movimentaram acionando o discurso anticomunista e às imagens associadas ao socialismo soviético para fundamentar ações que visassem destituir Jango do cargo, a fim de restaurar a ordem social que, julgavam estar sendo ameaçada pelo avanço do comunismo (MOTTA, 2002). Logo no dia 02 de abril do mesmo ano, o Alto Comando da Revolução foi a público comunicar os mecanismos para o restabelecimento da legalidade nacional (ALVES, 2005).

O combate ao comunismo e a eliminação dos chamados subversivos eram as bandeiras principais de um comprometimento pátrio que era exigido de todo cidadão brasileiro. Portanto, para a consolidação desse projeto, o apoio da sociedade era fundamental, não só para legitimar esse novo modelo de governo, mas para que ele de fato funcionasse com a participação ativa na identificação dos indivíduos que estavam sendo considerados como ameaças.

Segundo Maria Helena Moreira Alves “A busca da segurança interna pela eliminação do ‘inimigo interno’ entrou em conflito com os objetivos declarados de restabelecimento da legalidade e fortalecimento das instituições democráticas (ALVES, 2005, p. 63-64)”. Aqui, novamente, vemos como os enunciados de um determinado discurso atravessam os sujeitos em suas múltiplas dimensões, fazendo com que o poder se exerça, até mesmo, de forma contrária àquilo que se propõe. Assim, utilizando-se a exceção política para um suposto fortalecimento da democracia ou da lógica da suspeição (MAGALHÃES, 1997) e a perseguição que violavam direitos fundamentais para a garantia de uma cidadania ampla.

A reação do Alto Comando da Revolução e, posteriormente do Regime, foi seguir os projetos, pautados na Doutrina de Segurança Nacional, através da promulgação dos Atos Institucionais. Além do uso da força repressiva, as propagandas ideológicas das suas bandeiras foram usadas formal e informalmente na construção de agentes de informação.

⁵ Grifo nosso.

⁶ As reformas de base propostas por João Goulart reuniam uma série de iniciativas, como reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, universitária e agrária. Essas propostas de maior intervenção na economia e na sociedade soavam aos ouvidos dos grupos conservadores, como propostas de caráter comunista (PORTELA, 2015, p. 66).



DISPUTA SEMÂNTICA DOS TERMOS

Seguindo o raciocínio de Marcos Napolitano, durante o período da Guerra Fria “as fronteiras deixavam de ser ‘nacionais’ e passavam a ser ‘ideológicas’ (NAPOLITANO, 2021, p. 61)”. No Brasil, essa rivalidade se manifestou em uma forte ideologia anticomunista, que não apenas influenciou as políticas internas, mas também moldou a percepção da sociedade sobre o que se constituía em uma ameaça à segurança nacional; ou seja, a Doutrina de Segurança Nacional, foi um instrumento teórico usado na formação de lideranças civis e militares focadas em combater o comunismo e, todas as nações anticomunistas deveriam assumir esse compromisso.

A Doutrina de Segurança Nacional foi disseminada em toda a América Latina e complementada no Brasil a partir da Escola Superior de Guerra. [...] A Doutrina de Segurança Nacional foi responsável por transformar os exércitos nacionais do continente latino-americano em verdadeiras polícias na luta contra a “subversão”. No limite, conforme essas ideias, as Forças Armadas deveriam tomar o Estado e acabar com o jogo político eleitoral, evitando que fosse aproveitado pelos comunistas “contra a democracia”. Portanto, a mentalidade autoritária que orientava esses regimes criou o mito de que era preciso acabar com a democracia para salvá-la (NAPOLITANO, 2021, p. 62).

A luta contra a ameaça comunista constituiu o eixo central que norteou a política, a cultura e o discurso oficial no Brasil durante a Guerra Fria, especialmente entre 1964 e 1985, período marcado pela ditadura militar. Como observa Carlos Fico (2001), a ideologia anticomunista não apenas estruturou as ações do regime, mas também funcionou como uma lente discursiva que definia os contornos do que era considerado uma ameaça à segurança nacional.

Esse discurso foi habilmente utilizado para justificar práticas repressivas, abrangendo desde a censura e a perseguição política até a tortura e os desaparecimentos forçados (FICO, 2001). A noção de “ameaça comunista”, como argumenta Elio Gaspari (2002), transcendeu a presença de partidos ou movimentos de inspiração marxista, ampliando-se para abarcar qualquer forma de dissidência ou oposição ao *status quo* político e econômico (GASPARI, 2002).

Nesse contexto, é essencial examinar os conceitos discursivos mobilizados pelos militares para sustentar sua lógica de ação. O termo “ideologia”, por exemplo, foi frequentemente associado de maneira pejorativa à esquerda, ao passo que a própria ideologia do regime, profundamente alicerçada no anticomunismo e no nacionalismo, era invisibilizada ou apresentada como neutra (REIS, 2020). Já o conceito de “subversão” adquiriu contornos amplos e flexíveis, permitindo que qualquer crítica ao regime ou comportamento considerado contrário à “ordem” fosse classificada como uma ameaça. Essa



elasticidade conceitual, como destaca a Comissão Nacional da Verdade (2014), legitimou a intervenção autoritária do Estado em diversos níveis da vida social.

O "esquerdismo", por sua vez, foi amplamente estigmatizado. Não se tratava apenas de uma inclinação política, mas de um rótulo associado à desordem, à corrupção moral e à traição nacional. Paralelamente, os discursos sobre "direitos humanos" eram frequentemente ridicularizados pelo regime, que os caracterizava como instrumentos de desestabilização usados por opositores (CNV, 2014). Essa deslegitimação dos direitos humanos também reforçava a dicotomia entre os "patriotas", alinhados ao regime, e os "subversivos", enquadrados como inimigos da nação.

Essas construções discursivas não apenas justificaram a repressão, mas também moldaram uma cultura política que persistiu por décadas. Como aponta Daniel Aarão Reis (2019), "a divisão entre o "nacional" e o "antinacional", o "patriótico" e o "subversivo" consolidou-se como um marco simbólico, impactando debates políticos e culturais mesmo após a redemocratização" (REIS, 2019). Assim, estudar esses conceitos e seu uso durante a Guerra Fria no Brasil é crucial para compreender tanto os mecanismos de poder daquele período quanto suas reverberações no presente.

Diante do exposto, Eni Orlandi (2009) nos leva a pensar o entrecruzamento entre discurso, sujeito, ideologia e linguagem, levando a pensar que não há sujeito sem ideologia e não há discurso sem sujeito. Nesse sentido, o sujeito é a peça central, sendo heterogêneo e definido a partir do seu lugar na conjuntura social e histórica.

Os rastros históricos deixados nos documentos sensíveis (THIESEN, 2019) referentes ao regime militar, foram produzidos por sujeitos com ideologias e linguagem própria do lugar social que estavam inseridos. Os conceitos utilizados para definir os indivíduos que precisavam ou não serem monitorados, a forma de descrever esses perfis e os locais, esses e outros detalhes fazem parte de um conjunto de signos elaborados e definidos ideologicamente pelas lideranças militares.

Marionilde Magalhães (1997) analisa de forma substanciada como os informantes desses órgãos de segurança foram construídos, trazendo para o centro do debate o trabalho ideológico desempenhado pelas propagandas oficiais e pelas propagandas sigilosas voltadas para a população. As propagandas oficiais mostravam, a partir de um espectro, os avanços sociais, políticos, econômicos e culturais do país, vendendo a ideia de progresso e segurança nacional, assim como a importância da manutenção de um padrão comportamental baseado na ideia de "moral e dos bons costumes".

Em outras palavras, além da propaganda de massa amplamente utilizada durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), existia um tipo de propaganda mais restrita,



direcionada a públicos específicos previamente selecionados. Essa estratégia visava setores da sociedade com potencial de colaboração, como: empresários, lideranças religiosas, intelectuais e representantes de entidades de classe. Por meio de abordagens adaptadas às preocupações e interesses desses grupos, o regime buscava reforçar sua adesão ao projeto autoritário e garantir apoio ativo às suas políticas.

A propaganda reservada utilizava canais fechados, como reuniões privadas, eventos exclusivos e materiais restritos, além de instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG), que difundia a Doutrina de Segurança Nacional para civis influentes. Essa abordagem era essencial para consolidar uma base de apoio seletiva e influente, complementando a propaganda de massa. Ao atuar tanto na mobilização ampla quanto no convencimento de grupos estratégicos, o regime militar conseguiu criar e sustentar uma rede de apoio político, econômico e ideológico que foi fundamental para a sua permanência no poder. É nesse processo que o trabalho ideológico, segundo a definição de Pierre Ansart (1978), se define em campos de atuação.

Diante do exposto, trataremos aqui a maneira como as práticas atreladas aos ideais de Direitos Humanos foram relacionados ao conceito de subversão, uma vez que ambos são utilizados largamente nos documentos relativos à repressão política no país, mas com sentidos diferentes. Marcos Napolitano (2021) nos leva a pensar sobre isso quando reflete que:

Qualquer crítica às desigualdades sociais e econômicas, à falta de liberdade de manifestações e à miséria social era vista como coisa de comunista, justificando medidas repressivas que acabavam indo além dos limites humanitários e legais, como o uso sistemático de torturas contra presos políticos (NAPOLITANO, 2021, p. 62).

O conceito de subversão, na maioria das vezes, era utilizado de forma tácita e quase que autoexplicativa, sendo muito mais um enunciado genérico do que um parâmetro para definição de um tipo social. Qualquer indivíduo poderia ser subversivo desde o militante ativo de um movimento social de oposição aos militares, até mesmo um padre no sertão maranhense que pregava contra a fome.

É necessário salientar que, isso não é uma falha na utilização dos enunciados de um dado discurso, mas justamente uma ação discursiva. O objetivo era o de ampliar o raio de ação do aparelho repressor contra tudo aquilo que ameaçasse os privilégios das elites dirigentes. Como exemplo disso, podemos tratar da figura de Manoel da Conceição,



liderança camponesa que foi perseguido pelo regime militar por defender o acesso à terra para que os pequenos produtores rurais garantissem sua subsistência.⁷

É o discurso sobre a subversão que vai permitir cruzar realidades distantes nesse cenário global de Guerra Fria e nos leva a compreender como um camponês maranhense passa a ser considerado um risco para a segurança nacional. A subversão só vai existir quando uma parcela significativa da população passa a operar com os mesmos enunciados que caracterizam tipos sociais, dentro das relações de poder, em uma dada sociedade. É assim que qualquer pessoa poderia passar a representar um perigo à segurança nacional, mesmo quando ela não se via como tal:

Orientados por esta tipologia, parece-nos plausível afirmar que o governo militar buscou, recorrentemente, o apoio ou o consentimento da população por meio de sua propaganda oficial. Mas no que se refere aos *homens de confiança*, o trabalho ideológico pautou-se, segundo nosso entendimento, na ortodoxia terrorista. Pois, neste nível, segundo Pierre Ansart, o terror ideológico designa o inimigo, que passa a ser visto como o *outro* da verdade, e transforma-o em um objeto a ser destruído (MAGALHÃES, 1997).

A análise do discurso é uma ferramenta que vai permitir com que compreendamos como esse cenário se configura, pois é a *comunidade de informação* que se torna o local em que o discurso toma forma. A própria expressão comunidade de informações é singular para definir que estamos tratando de uma sociedade que se constitui a partir da circulação de um certo número de enunciados que constituem o discurso da subversão e da segurança nacional:

O membro do grupo legitimado é obscuramente chamado a se identificar com o agente da violência e, quando a perseguição se aproximar do sujeito fanatizado, a fronteira entre a identificação com o herói e a interiorização do perseguidor se confundirá (ANSART, 1978, p. 153).

Ninguém nasce ou é subversivo à revelia de um dado contexto social e histórico. No Brasil das décadas de 1960 a 1980, são os papéis oficiais do regime que constroem, ponto a ponto, quem é o dito subversivo, entretanto, na maior parte dos documentos essas definições estão nas entrelinhas, nas quais o subversivo é explicado, caracterizado, tipificado, relacionado e, conseqüentemente, passa a existir como tal.

São os ofícios, as fichas, os informes e informações do SNI que definem o subversivo. São os documentos sensíveis que imprimem, a e.g., a partir de enunciados ligados ao

⁷ Nascido em Coroatá-MA, no ano 1935, Manoel da Conceição foi um líder camponês perseguido, preso, torturado e exilado pelos militares no contexto da ditadura. Em uma de suas prisões, devido a um tiro no pé e negligência médica, Manoel teve a perna amputada. Faleceu em 2021.



discurso da subversão, a silhueta do Manoel da Conceição, não como um camponês que não quer morrer de fome, mas como alguém que coloca em risco a segurança nacional.

Para Michel Pêcheux, isso significa que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Refletindo sobre o mundo rural maranhense no contexto da ditadura militar, poderemos verificar que aquilo que estava sendo entendido e classificado como subversão, parte da formação discursiva daqueles que estavam pensando no espectro de defender o mundo contra o comunismo.

Figura 1. AC ACE CNF - 98855/76 - Acervo SNI.



Figura 2. AC ACE CNF - 98855/76 - Acervo SNI.

Os documentos acima ilustram bem os dois lados que estão sendo tratados até o momento. A Informação (Figura 1) foi produzida pela Agência de Informação do SNI do Rio de Janeiro (Figura 1) e traz como anexo uma entrevista de Manoel da Conceição à Revista *Témoignage Chrétien*⁸ (Figura 2).

Cabe destacar que o primeiro documento trata-se de uma informação, isto é, é um tipo de documento específico que geralmente é construído por um agente de informação (um funcionário do aparato de vigilância em informação), a partir de uma base documental mais

⁸ *Témoignage Chrétien* é uma revista francesa fundada em 1941, em Lyon, por combatentes da resistência cristã. Foi uma revista comprometida com a resistência ao nazismo e ao antissemitismo, depois com a descolonização na Indochina, África, Marrocos, Tunísia e Argélia. Atuou nas denúncias de tortura na Argélia. Sua atuação lhe custou a censura e perseguições, como um atentado a bomba em 1961. Atualmente, permanece comprometida com a defesa da democracia e do Estado de direito (<https://www.temoignagechretien.fr/>).



consolidada sobre um determinado objeto em suspeita e que orientava ações de um órgão de governo. Isso significa dizer que, também anterior a ele, já tiveram outros documentos que fizeram referência a esse evento, conforme descrito no item Referência⁹.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é a data em que o documento foi produzido, 6 de maio de 1976. Neste período, o Brasil estava sendo governado pelo presidente militar Ernesto Geisel, quando se intensificou, no Brasil, os diálogos sobre as formas que seria iniciado o processo de abertura política, mesmo ainda que sob as regulamentações do AI-5.

Nesse contexto, a lógica da suspeição permanece presente no enunciado da Informação. O documento foi produzido para dar ciência a Agência de Informação sobre uma reportagem que Manoel da Conceição havia concedido à revista francesa *Témoignage Chrétien*, sobre sua prisão em 1975, em São Paulo.

O primeiro elemento a ser destacado dos documentos está logo na primeira observação do repórter sobre a visita do Presidente Geisel à França, que foi utilizada pelo agente de informação para introduzir a informação - *C'est, en fait, un des bourreaux les plus sanguinaires de notre époque que la France a accueilli*¹⁰ - e que a entrevista de Manoel servia aos propósitos de fazer propaganda negativa do Brasil, no exterior. Além disso, seu histórico de prisões em 1972 e 1975 foi utilizado como um desqualificador das suas reflexões, tendo em vista, que partia do pressuposto de que Manoel era um criminoso que estava exilado na Suíça.

O que se percebe, é que a tentativa de invalidar o depoimento de Manoel da Conceição se dá por suas acusações de violação dos direitos humanos sofrida no cárcere. Dessa forma, tem-se a impressão de que não se nega a existência efetiva das acusações, mas buscou-se invalidá-las em seu teor de veracidade. Isso pode ser explicado pela tendência social brasileira pautada na violência e na naturalização de maus-tratos contra pessoas que cometem erro, a partir de uma ideologia punitiva.

Aqui, nota-se o quão útil são as reflexões que podemos fazer no uso da Análise do Discurso, e que por meio dessa, pode-se partir do lugar social e histórico dos rastros deixados, percebendo suas ideologias e o quanto elas influenciam na escrita do documento. Dessa forma, é possível ao historiador construir novas versões, com narrativas de um ponto de vista diferenciado em relação aos documentos ou a outras interpretações desses, com base nas pistas que coletou.

⁹ TX UG 2200/032/ARJ/76/6 maio 76.

¹⁰ Trecho da entrevista de Manoel da Conceição - AC ACE CNF - 98855/76 - Acervo SNI.



É a partir dessas pesquisas que os historiadores podem confrontar as diversas versões sobre o golpe civil militar de 1964. As novas interpretações sobre os eventos são decorrentes das questões que surgem para atender às demandas do presente. O trauma social, causado pela atuação da polícia política, gerou indagações cujas respostas não estavam mais articuladas com as necessidades presentes de compreensão do passado. Os termos terrorista, subversivo e comunista – utilizados largamente na documentação dos órgãos de informação – devem ser questionados quando figuras, comprometidas com justiça social, estavam sendo acusadas de representarem perigo para o Estado.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos os documentos dos sistemas de segurança e informação, pensando o conceito de subversão, vemos que tais documentos podem ser considerados como sensíveis, na medida em que fazem referências a realidades traumáticas vivenciadas por indivíduos que tiveram a si, atribuídos uma identidade política considerada contrária ao Estado, o que por si só, justificaria violências vividas.

A partir da compreensão de Pêcheux sobre os discursos, passamos a compreender que tais documentos fazem referência a uma realidade discursiva diretamente ligada à formação ideológica dos sujeitos, determinando enunciados e conseqüentemente, classificações/tipologias sociais.

E, é a partir do entendimento das bases ideológicas e das estruturas de funcionamento dos órgãos de informação, que será possível compreender quais foram os elementos discursivos presentes na construção do conceito de subversão. Nessa tarefa, a análise do discurso nos permite não naturalizar os conceitos, realizando as devidas ressalvas, para que também, não utilizemos o termo subversão, a e.g., de maneira genérica.

É esse cuidado, ou vigilância epistemológica que vai garantir, a e.g., que as devidas críticas e análises históricas sejam realizadas e, ao fim, o resultado do trabalho de pesquisa garanta o teor científico necessário para enfrentar um cenário sobre debates em múltiplas visões e interpretações sobre a história recente, tendo em vista que, aparentemente, ela afeta muito mais o presente do que as análises realizadas sobre períodos mais temporalmente distantes.

Este tipo de análise também lança possibilidades interpretativas sobre a relação entre o local e o global, observando como a circulação de ideias está atrelada à enunciados discursivos presentes em espaços distintos e distantes, como a e.g., as disputas ideológicas do contexto da guerra fria no continente europeu ou nos Estados Unidos, e a perseguição às lideranças camponesas no interior do estado do Maranhão.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)** – Bauru/SP: Edusc, 2005.
- ANSART, Pierre. **Ideologia, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARAÚJO, Maria Paula, FICO, Carlos e GRIN, Monica (org.). **Violência na História: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. "O Campo Científico". In: ORTIZ, Renato (org.) **Bourdieu – Sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais)**. São Paulo: Ática, v. 39, 1983, p. 122-155.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- _____. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 17, nº 34, 1997.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **História contemporânea 2: do entreguerras à nova ordem mundial**. São Paulo: Contexto, 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.
- PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.
- PORTELA, Camila da Silva. **Entre a cruz e o fuzil: uma análise das ações do clero católico no período da Ditadura Militar no Maranhão**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, para a obtenção do grau de Mestre em História, 2015.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. São Paulo: Zahar, 2020.
- RODRIGUES, Vicente Arruda Câmara. **Documentos (in)visíveis: arquivos da Ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil**. Aracaju: Edise, 2017.
- ROMÃO, Lucília Maria de Sousa. A pedra, o pau e a pena: silêncio, formação discursiva e dizeres nas fichas do DEOPS. In: **Discurso & Sociedad**, vol. 4, n. 2, 2010, 234 a 256.
- THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.24, número especial, p.06-22, jan./mar, 2019.
- WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**, parte 1. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Estadual de Campinas, 2001.
- Comissão Nacional da Verdade (CNV). **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014.